

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



CEPPAC



UnB



IBAMA
M M A

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis**
Curt Trennepohl

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Edmundo Soares do Nascimento Filho

Centro Nacional de Informação Ambiental
Jorditânea Souto



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama
CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil
Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294
Fax: (61) 3307-1987
<http://www.ibama.gov.br>
e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.
560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Agradecemos

*À Joritânea Souto,
ao Paulo Luna e à equipe
do setor de editoração do Ibama,
ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas
do CEPPAC/UnB
e à Maria José Gontijo
do Instituto Internacional de
Educação do Brasil.*

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
politização do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

| | |
|--|---|
| Capítulo 7 | Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i> |
| Capítulo 8 | Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i> |
| Capítulo 9 | Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i> |
| Capítulo 10 | São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranhos Faleiro</i> |
| Capítulo 11 | Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i> |
| Terceira variação: conflitos, direitos e Estado | |
| Capítulo 12 | Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranhos Faleiro</i> |
| Capítulo 13 | Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i> |
| Capítulo 14 | Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i> |
| Capítulo 15 | A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i> |

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

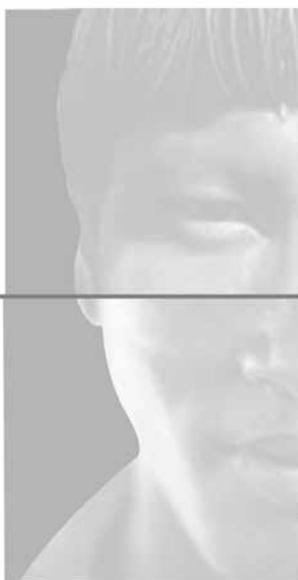
Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.



TERCEIRA VARIAÇÃO

conflitos, direitos
e Estado

Capítulo 14

Projeto de Mineração do São Francisco e da Terra Indígena Sararé/MT: um caso de negação ao exercício da governança local

Cláudia Tereza Signori Franco

Introdução

Este artigo teve origem numa solicitação da Fundação Nacional do Índio (Funai), para a realização de estudos de complementação dos impactos socioambientais constantes no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) proveniente da implantação do Projeto de Mineração do São Francisco (PSF)¹, sobre as terras indígenas (TI) Sararé e Paukalirajausu². O relatório visava subsidiar as análises e os pareceres técnicos oficiais sobre a viabilidade do empreendimento, pois se constatou que tais estudos não faziam referências ao componente indígena e, conseqüentemente, havia ausência da avaliação de impactos ambientais e de medidas mitigadoras (Capítulo 6 do Rima), bem como de programas de monitoramento ambiental (Capítulo 8) para esse componente. Os pareceres são peças fundamentais para a identificação dos possíveis e potenciais impactos diretos e indiretos nas TIs Sararé e Paukalirajausu, porque não existem programas e/ou medidas mitigatórias direcionadas à comunidade Nambikuára das referidas terras indígenas. Para justificar essa falta, a empresa mineradora afirmou que na ocasião dos levantamentos, em 1997, desconhecia a necessidade de se realizar o componente indígena, porém esse esclarecimento deveria ter sido repassado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT) à época dos trâmites iniciais.

A jazida de São Francisco está localizada no alto da Serra da Borda e as instalações para a sua exploração estão em uma área de 8 km² ao longo do seu

¹ O Projeto de Mineração São Francisco (PSF), à época dos levantamentos (2005-2006) encontrava-se sob a gestão do Grupo Yamana Desenvolvimento Mineral S/A, também citado em diversos documentos consultados como Sta. Elina Desenvolvimento Mineral S/A e/ou Serra da Borda Mineração e Metalurgia S/A.

² As TIs constituem o território tradicional dos nambikuáras, na região noroeste do estado do Mato Grosso.

espigão e desenvolvem-se predominantemente nas áreas onde a declividade do terreno é mais favorável à implantação e ao aproveitamento dos recursos hídricos para a implantação das barragens de abastecimento de água e de contenção. Inicialmente, o empreendimento compreendia³ a construção de uma nova estrada de acesso⁴; a instalação de linhas de transmissão para abastecimento elétrico; a operação de uma mina/cava de ouro, bem como três barragens para a captação de água e segurança do empreendimento.

Atualmente, o PSF encontra-se devidamente licenciado junto à Sema-MT, sob o n° 351/2004 e em 2005 estava em fase de implantação com 85% de área construída, uma vez que já possuía a Licença de Instalação e, naquele mesmo ano o PSF obteve a Licença de Operação n° 2048/05, que permitiu o início das suas atividades.

Durante os levantamentos bibliográficos, vasta documentação apontou que a exploração mineral na região da Serra da Borda, localizada nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Lacerda e Conquista d'Oeste/MT remonta a tempos coloniais onde os portugueses exploraram o ouro da região utilizando-se de mão de obra escrava instalada nos históricos arraiais mineiros. Depois da assinatura da Lei Áurea, as lavras eram tidas como uma possibilidade de crescimento econômico por garimpeiros de todo o território nacional que se dirigiam à região vitimando severamente, por meio da atividade ilegal, o território dos nambikuáras do Sararé. Não bastassem os diversos enfrentamentos ao longo dos últimos séculos e os advindos da invasão garimpeira em suas terras, nos idos dos anos de 1990, nos últimos 5 anos os nambikuáras do Sararé são protagonistas de um moroso processo junto ao órgão indigenista oficial Funai e à empresa Serra da Borda Mineração e Metalurgia Ltda., onde, enquanto o poder decisório argumenta e contra-argumenta as colocações técnicas contidas no documento entregue, os nambikuáras vivem as consequências da ação contínua de uma mineradora. A proposta em apreço é historiar e identificar o modo pelo qual o Estado dialoga com os interesses privados e de que maneira assegurar aos indígenas, sobretudo, aos nambikuáras, seus direitos sobre a terra em que habitam. Para a apreciação e análise do objeto central deste artigo, é fundamental esclarecer o conceito básico e algumas das estruturas propostas pelos estudos de complementação dos impactos socioambientais para a governança local, em particular as que dizem respeito ao PSF.

³ Tanto o traçado da nova estrada de acesso ao empreendimento quanto a linha de transmissão, de 138 KV, informados à Funai no início do processo foram modificados pelo empreendedor, e, ainda, houve o acréscimo posterior da construção da Barragem do Longa Vida.

⁴ Seu traçado incidiria sobre áreas da TI Paukalirajausu, além de distar apenas 158 m do seu ponto mais próximo da Terra Índigena Sararé.

No início da década de 1990, diante das pressões da sociedade civil e dos clamores por uma ação mais participativa junto às instâncias de decisões do Governo, que se configura cada vez mais como uma organização separada do corpo da sociedade e menos como um processo, a governança é fortalecida como um conceito distinto. De acordo com Graham, Amos e Plumptre (2003), governança⁵ pode ser definida como “a interação entre estruturas, processos e tradições que determina como o poder e as responsabilidades são exercidos, como decisões são tomadas e como os cidadãos e outros parceiros envolvidos (*stakeholders*) são ouvidos.” (*Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, nov./dez. 2006*) Fundamentalmente, a governança considera o entendimento da associação de política e poder constituída da interação dos diversos atores sociais (estado x sociedade; público x privado e/ou sociedade x sociedade), abrangendo muito mais do que as relações estritamente políticas e de poder entre estes e seus pontos de vista (internacional, econômico, privado etc.). Em suma, governança diz respeito às relações de poder e responsabilidade, definindo como são tomadas as decisões em assuntos de interesse coletivo; quem tem poder decisório; quem exerce influência nas decisões; como são estabelecidas as responsabilidades dos tomadores de decisão. Essa prática é observada na literatura mundial desde a obra de Polanyi (1944), em que as sociedades tribais e complexas dividiam-se nas relações homem x natureza e natureza x mercado, ao passo que há uma tentativa de entender os problemas socioambientais enfrentados pela sociedade moderna.

Com base em uma lista apresentada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de características de “boa” governança, Graham, Amos e Plumptre (2003) propõem cinco princípios-chave para a gestão da governança: (i) legitimidade e voz, cujos critérios para aplicação são a participação e a orientação ao consenso; (ii) direcionamento, por meio da visão estratégica, incluindo o desenvolvimento humano e a complexidade histórica, cultural e social; (iii) performance/desempenho, em que se verifica a interação das instituições e os processos com os parceiros interessados (*stakeholders*), além da eficiência e efetividade da ação; (iv) responsabilidade e transparência diante do público e das instituições parceiras; (v) honestidade por meio da equidade e do domínio da lei.

Os critérios citados prestam-se, inclusive, à avaliação dos processos, cujos princípios são ao mesmo tempo objetivos e meios para a solidificação de uma

⁵ Constatou-se que essa definição foi elaborada com base em consensos internacionais, que, em sua maioria, são expressos nas declarações e em princípios acordados nas Nações Unidas e em diversos documentos do PNUD.

sociedade cidadã, cuja condição fundamental para a efetividade da governança local é a participação da base comunitária, neste caso, a dos indígenas, pois a constituição desses pequenos círculos de controle social pode ser a base da formação de novas diretrizes para a execução da legislação ambiental em terras indígenas.

Dos primeiros contatos ao PSF: um histórico de (des) governança

Price e Cook (1968) descreveram o território Nambikuára limitado a leste pelo Rio Guaporé, ao sul próximo à cidade de Vila Bela da Senhora Santíssima Trindade, ao norte com os indígenas da etnia Cinta-Larga e a oeste com os indígenas das etnias Erikpaksá, Irantxe e Pareci. Considerando essas informações, pode-se afirmar que a extensão do território tradicional dos nambikuáras era de 5.500.000 ha, aproximadamente, tendo os primeiros contatos com os não índios ocorridos por volta do ano 1731, com a descoberta de ouro na região entre a Chapada dos Parecis e o Rio Guaporé. À época, a região era identificada como Mina do Mato Grosso, onde formaram três “arraiais” mineiros: São Francisco Xavier, Santana e Pilar, que se localizavam entre os rios Sararé e Galera. Durante o século XVIII, com o objetivo de formar reserva alimentar para os soldados de fortes e destacamentos que se encontravam ao longo do Rio Guaporé, os portugueses tentaram aldear os nambikuáras inúmeras vezes e ensiná-los técnicas agrícolas sedentárias. Numa dessas tentativas, a Diretoria dos Índios na Província de Mato Grosso, em 1783, decidiu pela criação de uma aldeia para os nambikuáras, nas proximidades do Arraial São Vicente, porém, como não foi concretizada a ideia, os nambikuáras, em 1849, entraram em conflito com algumas pessoas do Arraial do Pilar que gerou inclusive mortes. Em consequência, os nambikuáras foram castigados por uma Bandeira enviada especialmente para “resolver” o problema.

Meio século adiante, em 1907, os nambikuáras entraram em contato com os membros da Comissão Rondon, que explorava a Bacia Amazônica, e construíam a linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho. Até a década de 1960, os contatos entre os nambikuáras e a sociedade envolvente (escravos foragidos, garimpeiros e seringueiros) deixaram aos índios um saldo de exploração, escravização, contágio de doenças e massacres. Com a construção da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, foi efetivada a maior invasão do território Nambikuára do Vale do Rio Guaporé. Essa estrada possibilitou a penetração às terras férteis do Vale do Guaporé por grandes empresas, que realizaram extensos desmatamentos para a exploração de madeira e implantação

de pastagens para desenvolver a pecuária. Esses empreendimentos utilizaram uma tecnologia moderna conduzida por grande número de trabalhadores, o que provocou a desestruturação do ecossistema local, tornando impraticável o tipo de agricultura tradicional Nambikuára nas áreas, além de ter causado a redução drástica dos recursos de fauna e flora, a poluição de fontes de água, a destruição de roças por rebanhos, o contágio por doenças, a subnutrição, a redução populacional e o comprometimento de sua própria sobrevivência. Constata-se por meio dos processos existentes junto à Funai que o valor dos investimentos feitos no Vale do Guaporé sempre fora alto, pois foram construídos escritórios, residências, quitandas, pensões, estradas, serrarias, pistas de pouso, linhas telegráficas, currais, extensas pastagens e grandes rebanhos.

No ano de 1975, o antropólogo David Price apresentou à Funai proposições para os problemas que os nambikuáras enfrentavam até então, entre elas, Price sugeria a mudança dos grupos do sul, entre outros, para a área interdita que deveria transformar-se em reserva. A transferência foi prevista para o período de 1976 a 1982, entretanto, com o fracasso das tentativas de transferência⁶ dos subgrupos do Vale do Guaporé para a área reservada, em 5 de setembro de 1974, a Funai expediu o Decreto nº 74.515, “interditando, para efeito de atração, a região entre os rios Galera, Sararé e Guaporé”, uma área que, apesar de titulada, não estava habitada, para abrigar os grupos indígenas do vale. Acreditava-se, à época, que o problema adaptativo seria resolvido porque a área apresentava condições ambientais similares ao território tradicional, mas a unilateralidade das proposições de Price foi a responsável pelo insucesso da remoção.

Paralelamente às proposições de Price, o Conselho Indigenista da Funai aprovou duas resoluções⁷, de modo a criar uma reserva na área interdita e paralisar o desenvolvimento das fazendas onde existissem indígenas. Uma nova tentativa para solucionar o problema existente no território Nambikuára

⁶ Esse fracasso deve-se às diferenças de adaptação dos subgrupos removidos, às diferenças de ordem cultural, que não foram devidamente consideradas, e, principalmente, ao faccionalismo existente entre os nambikuáras, que é generalizado, tornando os subgrupos hostis em relação uns aos outros. Os aspectos religiosos também foram fatores impeditivos no processo de adaptação, pois cada subgrupo possui locais específicos onde acreditam morar os espíritos de seus ancestrais e para onde são encaminhados os espíritos dos mortos. Essas transferências contrariaram ainda as disposições contidas no art. 20 da Lei nº 6.001/73 e no art. 12 do Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 1966, que promulga a Convenção 107 sobre populações indígenas, uma vez que o desenvolvimento e a segurança nacional não estavam comprometidos.

⁷ Cabe destacar que essas medidas não foram adotadas pela Funai.

(Vale do Rio Guaporé) foi realizada em 1976 pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel. Das seis alternativas propostas pelo antropólogo, em ordem de adequação ao *modus vivendi* Nambikuára, a Funai adotou a de nº 5, que previa pequenas áreas independentes para Wasusu, Alântesu e Hahãitesu, e o abandono de grande parte da área interdita. Dando continuidade ao processo, no ano seguinte foi constituído um grupo de trabalho (GT), para definir a TI Sararé. Segundo consta no processo de Identificação e Delimitação da TI Sararé⁸, esses técnicos “não tiveram acesso aos estudos realizados, sob o pretexto de não serem influenciados” (referência). O resultado foi a proposta de diminuição da TI Sararé, que não tinha sido homologada, e, em 1978, os subgrupos Hahãitesu, Alântesu e Wasusu tiveram seus territórios tradicionais reavaliados e adequados às deliberações da Funai. Dois anos após a constituição do primeiro GT para a identificação da TI Sararé, outra equipe foi convocada para reestudar as áreas Nambikuára. Na ocasião, foi proposta uma TI para os katitaurilus e uma TI com área contínua para os hahãitesus, alântesus, kaikisus/alakatesus e wasusus, mas o relatório antropológico não foi apresentado e os nambikuáras permaneceram com diminutas áreas.

Após várias tentativas frustradas, em 9 de julho de 1981, por meio da Portaria nº 357/PRES/Funai, foi constituído outro GT para identificar e definir as TIs nambikuáras da região do Vale do Rio Guaporé. Por ocasião dos procedimentos de demarcação da terra indígena, ocorrida após 2 anos, técnicos da Funai constataram vestígios de atividade garimpeira no local, muitos deles datados da época em que os portugueses viviam na região explorando ouro. Verificaram, ainda, que a flora local já havia sido recuperada, mas o simples fato de terem existido garimpos na região criava uma expectativa de invasão na terra indígena, tornando-a vulnerável à ação garimpeira contemporânea. Para dirimir esse problema, uma equipe técnica da Funai em conjunto com o Exército brasileiro, que executava a demarcação da terra indígena, delimitou a atual área, considerando o máximo de limites naturais, tais como córregos, rios e a própria Serra da Borda, pois, dessa forma, a fronteira da terra indígena seria visualizada pelos não índios que quisessem aventurar por lá e que, portanto, não poderiam alegar desconhecimento do território protegido por força de lei federal.

Durante essas expedições, foram encontradas nos arredores da terra indígena e até mesmo dentro dela uma estrada clandestina e uma ponte por meio das quais eram extraídas espécies de madeiras de alto

⁸ O Processo nº 3.170/81 está arquivado no Centro de Documentação da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai.

valor (aroeira, cabreúva, entre outras) para comercialização. Na ocasião, tanto a Funai quanto o Exército notificaram os infratores avisando-lhes que se tratava de área legalmente protegida, com usufruto exclusivo dos índios, e, por diversas vezes, ações de fiscalização e de vigilância com os katitaurlus foram programadas na região, no intuito de realizar um trabalho de proteção da terra indígena demarcada. Era de conhecimento dos nambikuáras que o território demarcado não condizia com o território tradicional em sua amplitude, assim, deveriam protegê-lo com mais veemência. Diante dessa fragilidade, os indígenas formaram outras aldeias espalhando-se estrategicamente pela terra indígena, ao passo que se iniciava a possibilidade de invasão, sobretudo, de madeireiros. A riqueza da área era amplamente divulgada, atraindo, também, os garimpeiros que já realizavam suas pesquisas no subsolo, perto da atual aldeia PIV, principal entrada da invasão na TI Sararé na década de 1990 (região sul/sudoeste da TI). Nas proximidades do limite noroeste da TI Sararé, diversos garimpos também foram instalados, chegando a atrair no auge de suas atividades cerca de sete mil garimpeiros no biênio 1996-1997⁹.

Em 1990, os garimpeiros que viviam ameaçando tanto a Terra Indígena Sararé quanto a empresa Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A¹⁰, pois tencionavam explorar o ouro existente em ambas, confrontaram-se com a segurança da empresa de mineração numa tentativa de invasão da área privada. Logo após, em 1991, a mineradora entrou em acordo com o Governo de Mato Grosso, assinando um protocolo de intenções junto com a Secretaria de Meio Ambiente, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Cooperativa dos Garimpeiros do Município de Pontes e Lacerda, definindo que o garimpo no entorno da área indígena seria apenas sob os rejeitos das lavras coloniais antigas. Ao mesmo tempo, a Funai levantou alguns questionamentos baseando-se nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)¹¹, que explicitam que o entorno de uma TI também tem de ser protegido no combate aos impactos diretos e indiretos que possam sofrer de empreendimentos

⁹ Vídeo Boca Livre no Sararé (CTI, 1992).

¹⁰ A presença dessa empresa na região é anterior à criação da TI Sararé em 1982. Por visar à permissão de lavra de área maior, mantinha anualmente o pagamento dos devidos alvarás. Portaria de Lavra registrada no DNPM sob o n° 8.609.938/82.

¹¹ Considera-se impacto ambiental toda e qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante de atividades antrópicas que afetem direta ou indiretamente a saúde; segurança e bem-estar da população; atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução n° 001 do Conama/86).

predadores. Inicialmente, os garimpeiros não invadiram a TI, mas havia indícios de suas ações nos locais com resíduos de lavra colonial.

No ano seguinte, os garimpeiros reuniram-se com os madeireiros em ações de exploração dos recursos naturais da TI Sararé e em 1 ano a invasão ao sul da TI estava fora de controle. À época, a Funai solicitou apoio ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI), no sentido de fazer uma filmagem que mostrasse à imprensa tal invasão, inclusive com depoimentos indígenas¹² que comprovassem a ação exógena. Por ocasião da produção do vídeo Boca Livre no Sararé (CTI, 1992), os índios katitaurulus, habitantes da TI Sararé, e outros subgrupos nambikuáras do Cerrado e do norte, que também estiveram presentes na ação, surpreenderam-se pelo grande número de invasores que exploravam a TI. Segundo consta, à época da invasão os garimpeiros alegavam que o secretário de segurança de Mato Grosso estava envolvido no episódio, além da Polícia Civil e do Exército. Máquinas e tratores encontrados no local pertenciam ao serviço público e a particulares, que agiam em conformidade com os interesses escusos de uma sociedade regional ligada à administração de Pontes e Lacerda, com apoio político da prefeitura local. Paralelamente, tramitava um projeto de investimento junto ao Banco Mundial, denominado Polo Noroeste, destinado à criação de programas de proteção territorial, mas para os técnicos da Funai não havia sentido utilizar esses recursos para a demarcação ou para qualquer outra política de responsabilidade federal, e o Governo brasileiro agiu a favor dos interesses indígenas, responsabilizando-se pela retirada dos garimpeiros da TI Sararé. Entretanto, somente em 1997 a Funai, em estreita colaboração com outras instituições, promoveu com sucesso uma ação de extrusão de garimpeiros e madeireiros instalados no limite sul da TI Sararé, tendo retirado à época cerca de 10 mil pessoas.

A situação encontrada em 2005, por ocasião dos estudos de complementação do EIA/RIMA do PSF, é de extrema vulnerabilidade, em especial nas proximidades dos limites sul/sudoeste da TI Sararé, onde ainda havia diversos varadouros abertos pelos garimpeiros, na década de 1990, nascentes poluídas e degradadas, contaminação de solos e subsolos, além da recuperação de uma antiga rodovia municipal não pavimentada (atualmente pavimentada), inclusive com algumas alterações no seu traçado inicial incidindo sobre a terra indígena. A construção e/ou recuperação dessa estrada é fruto da parceria entre a Serra da Borda Mineração e Metalurgia S/A e a Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, com o objetivo de atender às necessidades dos fazendeiros

¹² Essa parece ser a primeira ação de participação direta dos nambikuáras no processo fundiário da TI Sararé.

estabelecidos na área de influência do PSF, e de proporcionar melhor segurança para o tráfego de equipamento e de pessoal envolvido no processo de produção da mineradora.

Existiam estudos e negociações sobre uma nova área para os garimpeiros cooperativados trabalharem, onde cada garimpeiro ficaria com uma média de 40 hectares para trabalhar na Vila dos Garimpeiros, localizada aproximadamente a 1.500 metros da área do garimpo São Carlos. Vale ressaltar que em caso de conflitos e disputas entre os garimpeiros cooperativados, a TI Sararé tornou-se, mais uma vez, alvo fácil para suas ações, uma vez que, ao contrário da TI, na área do empreendimento havia fiscalização atuante que impedia o acesso de estranhos.

Surpreendentemente, à medida que os levantamentos antropológicos eram realizados, a Administração Executiva Regional da Funai em Cuiabá/MT, juntamente com técnicos da mineradora, vistoriaram a área do empreendimento e concluíram que “qualquer variação que se fizer no traçado para facilitar a execução da obra não alterará o impacto na Terra Indígena” (referência). Dias depois, a Funai, em parceria com a Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A, ministrou um Termo de Compromisso¹³ tendo sido este apresentado em reunião aos nambikuáras/katitaurulus na aldeia central. No documento, são elencados alguns acordos entre as partes, tais como um projeto de aplicação de recursos financeiros na TI Sararé, por parte do empreendedor, tendo como contrapartida dos indígenas a cessão da Barragem Longa Vida, localizada em território tradicional dos nambikuáras, bem como o trecho da estrada

¹³ O termo de compromisso assinado entre a empresa Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A e a Funai apresenta-se frágil, pois nele os indígenas estão cedendo uma área da qual não se sabe ao certo suas dimensões. Ademais, uma TI, mesmo que ainda não tenha sido homologada pelo Presidente da República, constitui-se em Patrimônio da União e como tal não pode ser negociada. Assim, o encaminhamento proposto para esse caso seria submeter o termo de compromisso, já elaborado, à revisão das partes competentes, além do Ministério Público Federal, garantindo a lisura no processo. Isso posto, ao contrário de ceder uma área aleatoriamente, como fizeram, o novo TC deverá permitir o uso desta desde que definida por coordenadas geográficas e qualificado seu uso e temporalidade. A partir dessas informações, será possível avaliar os reais impactos existentes e prováveis e, conseqüentemente, dimensionar as reais medidas compensatórias e/ou mitigadoras. A construção de uma barragem na cabeceira do Longa Vida, área em estudo da TI Paukalirajasu, não pode ser objeto de cessão e sim de permissão, caso tenha anuência dos índios. Anuência não é para concessão, pois não se concede e/ou vende uma terra indígena. Ao concordarem com as cláusulas do TC existente, os índios pouco ou nada sabiam sobre os prováveis impactos do PSF, ou, ainda, do significado jurídico de uma concessão, cessão e/ou permissão. Os indígenas não podem “conceder” uma área nem mesmo diante de programas compensatórios. Não se deve tentar descaracterizar uma TI, pois os direitos dos índios são originários e ela é inalienável.

municipal existente e o trecho em conflito com o traçado da estrada para Pontes e Lacerda/MT. No texto em referência, também não é mencionada a dimensão da área a ser “cedida” pelos nambikuáras e nem a finalidade da utilização da Barragem Longa Vida, que é, entre as demais existentes na área do PSF, a mais impactante, pois se utiliza de boa parte da água da bacia de captação a montante do barramento da represa.

No Relatório dos Estudos de Complementação entregue por essa consultoria antropológica à Empresa Documento Antropologia e Arqueologia SS Ltda., foram listados alguns dos impactos ambientais possíveis por ocasião da implantação do PSF, verificados nas TIs Sararé e Paukalirajausu, bem como dos programas preventivos sugeridos pela empresa Serra da Borda Mineração e Metalurgia S/A, além de ser ressaltado que até a conclusão dos levantamentos de campo, em 2006, não havia sido observada a extensão desses programas aos nambikuáras. Porém, como não havia e ainda não há instância de fiscalização e controle, essas ações não são prioritárias.

Considerando, de um lado, o inventário sobre a situação legal da TI Sararé, algumas vezes percebe-se a manipulação dos fatos em detrimento dos direitos indígenas. Baseando na regularização fundiária, em que essa ação faz parte dos compromissos assumidos pelo Governo federal junto ao Banco Mundial, à custa do Polo Noroeste, e considerando que na ocasião não havia pendência judicial referente à área em apreço, a TI Sararé foi alvo de interdição (Decreto nº 74.515 de 5/9/74) para efeito de transferência dos grupos nambikuáras e sua extensão era de 3.000.000 ha. Em 1977, o Decreto nº 79.095, de 5 de janeiro do mesmo ano, desinterditou parte da área interditada em 1974, passando para uma extensão de 60.000 ha aproximadamente. Em novembro de 1977, foi apresentada proposta de nova diminuição de área e, em 1979, outra mais condizente com as necessidades indígenas. Ambas não foram homologadas, permanecendo os katitaurlus com área de 60 mil ha decretada em 1977. A terra indígena em questão é constituída de terras de domínio da União, cuja posse está assegurada aos indígenas por meio do art. 231 da Constituição Federal. Sua demarcação¹⁴, cujos procedimentos foram realizados na vigência do Decreto nº 76.999 de 1983, e consequente homologação¹⁵ por

¹⁴ Os trabalhos de demarcação foram concluídos pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, em dezembro de 1983, e a planta elaborada pelo Departamento de Demarcação da Funai em 30/12/1983.

¹⁵ Esse decreto homologa, para efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), da área de posse imemorial dos grupos indígenas nambikuáras, katitaurlus ou sararés, localizada no município de Pontes e Lacerda, Mato Grosso.

meio do Decreto nº 91.209, de 29 de abril de 1985, obedeceram aos preceitos legais contidos na legislação indigenista brasileira. Por outro lado, a cada dia a legislação brasileira cria mecanismos de controle social e consagra espaços institucionais de exercício da cidadania, como os conselhos e as audiências públicas. Apesar da discussão sobre a eficácia desses modelos junto aos processos democráticos ou de decisões tecnocráticas, o fato é que se criaram espaços de participação.

Diante desse cenário, uma das inquietações desta autora refere-se ao fato de que se esse empreendimento vai além da represa, privando para si todas as cabeceiras do Córrego Longa Vida inclusas em sua área, torna-se incompreensível o fato de a Funai não ter manifestado pela formação de um conselho gestor, garantindo a participação do Ministério Público Federal, de especialistas em recursos hídricos, indigenistas e, sobretudo, dos nambikuáras. A existência desse conselho como instância de participação poderia colaborar para direcionar os estudos técnicos, permitindo que os instrumentos de gestão fossem identificados pelos indígenas e pelas instâncias envolvidas (municipal e estadual), proporcionando o envolvimento necessário à construção da boa governança local. Nota-se, ainda, que todas as tentativas de informação e de participação advindas tanto da Funai/Cuiabá quanto da sede, para os nambikuáras, foram multifacetadas, o que denota descaso em relação a uma gestão transparente, com controle social e fortalecimento do processo de governança local – três características fundamentais das políticas públicas atuais.

Esta narrativa demonstra ações de Governo considerando, por vezes, alguns direitos indígenas e ambientais, mas, sobretudo, os interesses do Estado e da iniciativa privada, evidenciando que o ecossistema é considerado uma relação social e política, a partir do paradigma ambiental evidenciado na década de 1990 – o desenvolvimento sustentável. Isso posto, entende-se que o dinamismo e a complexidade dos sistemas naturais, a partir da década de 1960, quando teve início a consciência coletiva sobre a questão ambiental no planeta impulsionada pelo movimento ambientalista¹⁶, estão intrinsecamente ligados às formas como a sociedade humana estabelece os parâmetros ambientais. No entanto, considerando a gestão ambiental como um conjunto de ações para levar ao fim uma política de meio ambiente, ou alcançar a manutenção de um capital ambiental suficiente para a qualidade de vida dos indivíduos, percebe-se

¹⁶ Em 1962, Rachel Carson publicou o livro *Silent spring*, impulsionando o movimento ambientalista na década de 1960.

que as ações antrópicas, na maioria dos casos, são minimizadas pelo interesse privado diante dos apelos da corrente preservacionista.

Vale ressaltar que atualmente as alternativas para a construção da governança local apontam para uma gestão que se alicerce na ampla participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão, portanto, um dos desafios dos gestores públicos é procurar compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais existentes e a melhoria da qualidade de vida, de forma a assegurar que esse desenvolvimento resulte em benefícios aos povos indígenas de maneira duradoura.

Considerações finais

Os problemas identificados pelo estudo justificam a necessidade de elaboração de um Programa de Compensação Ambiental (PCA) com caráter multidisciplinar e interinstitucional que, contando com a efetiva participação da comunidade indígena Nambikuára, venha dirimir os danos decorrentes do empreendimento em questão. Sugeriu-se à Funai que esse PCA Nambikuára fosse elaborado levando-se em consideração a necessidade de programar ações que viabilizem o enfrentamento dos nambikuáras aos problemas que irão ocorrer, mas não cabe estabelecer no PCA Nambikuára programas em curto e médio prazo apenas para mitigar e compensar os nambikuáras quanto aos impactos decorrentes do PSF, contemplando ações que forneçam alternativas econômicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

O detalhamento das diretrizes básicas do PCA Nambikuára deve ser um processo dinâmico na busca da constituição dos instrumentos de governança, sob a responsabilidade da Funai e do Ministério Público Federal, com participação ativa dos indígenas. Além disso, todos os subprogramas a serem propostos devem considerar a demanda dos próprios nambikuáras. Observa-se que as lacunas desse processo estão pautadas na ausência de governança, sem a qual dificilmente conseguirá serem definidas as competências dos diferentes órgãos responsáveis pela fiscalização e implementação de políticas públicas em terras indígenas. Todas essas questões estão relacionadas aos conflitos de competência, bem como às diferentes visões sobre projetos de desenvolvimento para os povos indígenas.

Por fim, ao considerar que as TIs são bens da União destinados ao usufruto exclusivo dos índios que tradicionalmente a ocupam, e sendo esse usufruto estendido as riquezas naturais do solo, rios e lagos existentes em suas terras, assim como as jazidas minerais, cujo aproveitamento é autorizado



segundo a lei, ressaltamos que no caso das localizadas em TI que necessita de regulamentação da atividade, o tratamento à hipótese de aproveitamento dos recursos minerais é *sui generis* e, portanto, as comunidades indígenas afetadas devem ser ouvidas, bem como assegurada a sua participação nas instâncias de decisão. Afinal, quem melhor pode manifestar-se sobre os impactos advindos de uma mineradora nas proximidades de uma terra indígena?

Referências

- FUNAI. **Pré-projeto Sararé**: reocupação territorial Indígena. Cuiabá, Mimeo-AER, 2005. 9 p.
- GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUPTRE, T. **Governance principles for protected areas in the 21st Century**. Durban: UICN, 2003.
- GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUPTRE, T. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro v. 40, nº 6, nov./dec. 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Ed. Anhembi Ltda., 1957.
- LÉVI-STRAUSS, C. A Eficácia Simbólica. In: **ANTROPOLOGIA Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. p. 215-236.
- MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1990. 367 p.
- OPPIDO-FIORINI, M. **Área indígena 'Paukali'rahjausu. Região do Piscina, área tradicional do índios Sararé. Laudo Antropológico**. Brasília: Funai/DOC/DAF, 1998. Mimeo.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 305 p. [1ª edição 1944].
- PRICE, D. **Projeto para a normalização da situação Nambikuára**. Brasília: Funai, 1975. Mimeo.
- RICARDO, F. (Org.). Interesses minerários em terras indígenas na Amazônia Legal Brasileira. **Documentos do ISA**, nº 6, 101 p. 1999.
- RODRIGUES, A. D. **l'Ígna. Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, 1994.
- SETZ, E.Z.F. **Ecologia alimentar em um grupo indígena**: comparação entre aldeias Nambikuára de floresta e de cerrado. Campinas, Unicamp, 1983 (Tese de Mestrado).
- PROCESSOS do Órgão Indigenista Oficial Consultados. Nº 580/03; 2110/98, 0971/92, 3176/81; 08755-019/05; 3170/81; 1372/83; 000718/84; 0848/03; 1642/83/ BsB/Funai, EIA/Rima do Projeto São Francisco.
-



ARQUIVOS digitais Cedidos pela Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A. **Projeto de Controle Ambiental do Ramal de Distribuição Rural de 34,5 kv/ mina São Francisco- Valdir Akihiko Nakazawa**; Relatório de Monitoramento da Ictiofauna de cursos de água na área de influência do Projeto São Francisco, Mineração Santa Elina - Francisco de Arruda Machado.

Sobre os autores

Alexandro Machado Namem

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

Claudia López Garcés

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

Cláudia Tereza Signori Franco

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

Cloude de Souza Correia

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

Cristhian Teófilo da Silva

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. silvact@unb.br

David Ivan Rezende Fleischer

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

Gersem José Santos Luciano dados

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

Isis Maria Cunha Lustosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

Jaime Garcia Siqueira

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

Josué Tomasini Castro

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

Katianne de Sousa Almeida

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

Leonardo Schiocchet

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

Luis Cayón

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

Maria Inês Smiljanic

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

Maxim Repetto

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: rodrigo.chaves73@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

Rodrigo Paranhos Faleiro

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

Santiago Plata Rodríguez

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

Stephen Grant Baines

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

Thaís Teixeira de Siqueira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrando em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

